

## ***Encontro Regional da Produção Familiar ao Longo da Rodovia Cuiabá-Santarém:***

### ***Os desafios para ordenar o território***

10 a 12 de dezembro de 2003

Itaituba-PA

#### **Documento final**

Historicamente os incentivos e subsídios governamentais que contribuíram para a ocupação da Amazônia, especialmente no Pará, priorizaram grandes projetos nas áreas de mineração, agropecuária e infra-estrutura, beneficiando pequenos grupos. Os investimentos não foram suficientes para garantir à região desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população. Ao contrário, os indicadores oficiais demonstram que no estado do Pará persistem os conflitos fundiários, a exclusão social, o desemprego, a devastação dos recursos naturais e o inchaço das cidades.

Muitas das obras de infra-estrutura iniciadas na década de 70 pouco serviram ao desenvolvimento regional, como é o caso da Cuiabá-Santarém, a BR-163, com trechos intrafegáveis boa parte do ano. O anúncio do asfaltamento da estrada deveria trazer uma perspectiva positiva, alterando esse modelo histórico. Entretanto, o que tem se registrado é o aumento da violência rural na área de influência da rodovia, principalmente no sudoeste do Pará. Grandes lideranças rurais da região vivem sob ameaça, e muitas já sucumbiram, como foi o caso de Ademir Alfeu Federicci, o Dema, Bartolomeu Moraes da Silva, o Brasília e muitos outros.

Do mesmo modo, a grilagem de terras devolutas e a pressão sobre os recursos florestais e as terras já ocupadas pela produção familiar aliada a fragilidade dos órgãos públicos locais, avançam numa proporção jamais vista nesta região. Com isto, agrava-se o quadro de expropriação de recursos naturais promovido pela exploração irregular de madeira, pela atividade garimpeira desordenada e pelo extrativismo predatório.

Somada a essa situação, a pavimentação da Cuiabá-Santarém, caso siga o modelo convencional de ocupação e desenvolvimento regional, a exemplo de outras regiões do estado, como a da Belém-Brasília, tende a incrementar os já alarmantes índices de desmatamento, podendo chegar a mais de mil quilômetros quadrados por ano somente ao longo da BR 163.

É fundamental e urgente que seja feito um planejamento regional visando o ordenamento territorial e o atendimento de demandas básicas da população da região. Por essa razão, as entidades promotoras e participantes do evento *Encontro Regional da Produção Familiar ao Longo da Rodovia Cuiabá-Santarém – Os desafios para ordenar o território*, se reuniram entre os dias 10 a 12 de dezembro de 2003, em Itaituba-PA, com aproximadamente 150 pessoas entre lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais e de associações de classe, produtores rurais, representantes de órgãos públicos, de instituições de pesquisa e de organizações não governamentais, de 10 municípios, para discutir e propor diretrizes para a construção de um plano de desenvolvimento regional, que tenha como base a inclusão social e a superação dos desafios históricos vivenciados pela região.

Questões como a comercialização e ocupação ilegal de terras da União, a ausência da justiça e a impunidade de infratores e criminosos, bem como as dificuldades de atendimento das demandas sociais pelos poderes públicos locais e a inexistência de infra-estrutura adequada às necessidades da produção familiar foram discutidas em grupos de trabalho, que elencaram um conjunto de propostas com o objetivo de contribuir para a construção de um projeto de desenvolvimento da região efetivamente sustentável e adequado, trazendo qualidade de vida à população do estado.

1. **Ordenamento fundiário** – Ordenar o território a partir de mapeamentos prévios à destinação das áreas públicas. As áreas para novos assentamentos devem considerar as condições de viabilidade da produção, localizando-se, preferencialmente próximo às cidades, e contando com assessoria técnica adequada. Os assentamentos em áreas florestais devem estar baseados em um novo modelo, incluindo a utilização de áreas de reserva legal coletiva. É fundamental desenvolver mecanismos para impedir a venda de lotes de reforma agrária, bem como resgatar os lotes para destinação aos beneficiários da Reforma Agrária. Realizar auditorias nas unidades do INCRA como forma de identificar os entraves e propor soluções para uma melhor atuação do órgão. Efetivar imediatamente a demarcação e regularização das áreas protegidas localizadas nesta região, como o Parque Nacional da Amazônia, e a criação de novas, como a Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio.
2. **Estratégias produtivas para a produção familiar** – Fortalecer a produção familiar, incentivando atividades diversificadas e garantindo a efetividade de infra-estrutura adequada ao beneficiamento e ao escoamento da produção. A assistência técnica deve priorizar novos modelos, voltados à agricultura sustentável e ao manejo florestal, com infra-estrutura e equipe técnica adequados. Garantir a capacitação dos produtores rurais, através da implantação de escolas agrotécnicas e das casas familiares rurais e realizar intercâmbios entre instituições de pesquisa e agricultores. Desburocratizar e democratizar o crédito agrícola, de forma a atender as necessidades específicas dos produtores, às orientações do projeto técnico e o calendário agroflorestal. Fortalecer a organização social dos produtores familiares, tanto nas associações quanto nas cooperativas. Promover a comercialização dos produtos por meio de feiras do produtor. Implantar campos de produção de mudas e distribuição de sementes como forma de fomentar a recuperação de áreas degradadas. Incentivar iniciativas de ecoturismo e turismo rural. Desenvolver tecnologias de beneficiamento de produtos florestais. Desenvolver e difundir tecnologias de baixo impacto para o garimpo. Promover a verticalização da produção, assegurando a manutenção da cadeia produtiva. Incentivar pólos moveleiros, produção de artesanato, laticínios e outros, criando selo de qualidade para valorizar os produtos locais.
3. **Infra-estrutura** – Os investimentos em infra-estrutura devem ser planejados participativamente, com base em consultas populares que indiquem suas prioridades. Os recursos destinados à educação e saúde devem ser aplicados de forma efetiva e transparente. Criar programa de qualificação de profissionais da educação, e instituir a educação ambiental no currículo formal. Os produtos da merenda escolar devem ser adquiridos na própria região. Criar hospitais pólo e

instituir convênio entre hospitais particulares e o SUS onde não houverem hospitais públicos. Expandir o programa de saúde da família para a área rural, assim como as experiências de medicina alternativa para todo o pólo. Equipar os postos de saúde para garantir atendimento no local. Do mesmo modo, assegurar serviços básicos referentes à previdência social à população local. Elaborar projetos municipais para viabilizar a abertura de poços artesianos. Fomentar pesquisa e investimentos em energias alternativas. Melhorar o sistema rodoviário e a manutenção dos ramais e vicinais.

4. **Fortalecimento das organizações sociais** – Fortalecer o Fórum da produção familiar da BR 163, fomentando sua participação nas instancias públicas de formulação de políticas, como os conselhos municipais e estaduais. Elaboração do plano de desenvolvimento do pólo. Investimento na formação de lideranças. Implantar mecanismos de comunicação na zona rural. Promover parcerias com órgãos públicos, e instituir mecanismos de controle social.
5. **Combate à impunidade e à violência no campo** – Implementação de um Plano de Segurança Pública no estado e nos municípios, com destaque para a questão fundiária. Instituir uma força-tarefa permanente dos órgãos federais (PF/IBAMA/INCRA), coordenada pelo Ministério Público Federal. Instalar uma delegacia da Polícia Federal em Itaituba. Promover a reforma do sistema cartorário e implantar o sistema único de registro e títulos de terras. Definir mecanismos que impeçam a comercialização de terras da união, incluindo o controle das empresas imobiliárias e de topografia, que agem clandestinamente na região. Garantir apuração das denúncias apresentadas pela população local, com o devido encaminhamento e o estabelecimento de programas de ouvidoria e de atenção especial às testemunhas, adequados à realidade local. Fortalecer o papel do Ministério Público na região e promover capacitação das instituições locais e do movimento social em questões legais, por meio de ações como o Programa Balcão da Cidadania. Assegurar a modernização das instituições públicas como meio de superar a omissão e a eventual conivência de funcionários com esquemas de corrupção e violência. Instituir campanhas de conscientização sobre direitos humanos, de modo a contribuir com a construção da cidadania e o reconhecimento pela população local do problema da violência no campo.

Itaituba, 12 de dezembro de 2003

Assinam este documento as instituições membros do Fórum dos Movimentos Sociais da Br-163 e promotoras do evento:

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará,  
regional Baixo Amazonas (Fetagri-BAM)  
Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP)  
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba  
Prelazia de Itaituba